

DIPLOMA OU CONHECIMENTO?

Marcos Antonio da Silva¹

“Aprender é saber sair de um mesmo labirinto não apenas uma vez” (livre adaptação de Jacob Bronowski).

Lumiar e escuridão

O saber fazer, saber dizer e saber ser é sempre algo a comemorar. E não precisa certificação para isso (a autodidaxia é um preciosismo a ser bem melhor investigado), exceto quando resultam de exigências de escolarização, afeitas a seus procedimentos e, naturalmente, ritos esperados: acesso, desempenhos excepcionais e conclusão, sempre motivos para festejar, especialmente este último. Mas o ato de concluir o ensino superior por si só não é, senão representar que, de fato, houve aprendizagem. O processo da aquisição de conhecimento e os mecanismos para superar os limites que se impõem no cotidiano e que precisam ser aprendidos e depois praticados em nível de competência, são questões que nem sempre se alinham. Diploma não diz quem é o profissional.

Sem dúvida, é preciso reconhecer que no campo da ciência e da tecnologia nem tudo se aprende apenas fazendo ou sabendo como se faz, é preciso que ocorra um fenômeno que somente faz sentido se houver imbricação entre prática e teoria: a práxis. Ou seja, reconhecer pelo incessante movimento e a contínua síntese de tudo o que for considerado bom nos argumentos pela inovação, que tudo pode ser melhorado pela prática social. Todo conhecimento, luz a se expandir – se assim permitir a liberdade poética – se cristalizado, fica ultrapassado. Toda vez que alguém se forma em alguma coisa (síntese de uma fase anterior) já deve ter o olhar voltado para adiante – o que bem ilustra uma educação continuada.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Marília e Professor da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Qualquer país se orgulha em dispor de um alto índice de população escolarizada, especialmente em níveis de ensino para além do básico. O Brasil tem estatísticas benevolentes acerca de recentes conquistas nesta direção. Mas, no mundo real, cabem algumas perguntas: alguém poderia inferir qual percentual do contingente de recém-formados que ingressam no mercado de trabalho têm a competência reconhecida para atuar nas respectivas áreas para as quais se diplomaram? Como foram suas trajetórias em sala de aula e nas atividades extraclasse? Os históricos contam a verdade de cada nota? Matrizes curriculares, planos de ensino, desempenho do corpo docente e do discente – dentro e fora da sala de aula – é algo que deve fazer parte das discussões no âmbito acadêmico semestralmente, porque são indicadores do ensino-aprendizagem em suas consequências.

Procedimentos de avaliação sistematizada integram o campo do conhecimento desde o século XIX, devido aos seus vínculos com o sistema predominante, no sentido de medir o desempenho de gestão, de produção e de representar desde o tamanho até a qualidade de cada empresa em diferentes países, e a educação assimilou seus métodos. Década após década, foram sendo sofisticados os instrumentos e, naturalmente, os procedimentos para chegar a resultados o mais aproximadamente possível das condições de ensino e decorrentes aprendizagens. No entanto, fora da vida acadêmica muito se critica o que realmente se pretende com tantas pesquisas e tantas inferências para dizer que há crise nos processos formativos. No Brasil, não é preciso realizar nenhuma pesquisa para constatar o óbvio: há diplomas demais e aprendizados de menos.

Quem, de fato, são os professores em atuação? Quem são esses/as, ainda desconhecidos/as, denominados/as alunos/as? E onde se localizam os/as (raríssimos/as) estudantes? Quem são as criaturas que no afã de melhor se capacitarem vêm aos borbotões na busca de uma graduação e na sequência enveredam em uma pós-qualquer? Pós a quê? Por quê? Para quê? Para quem? E quais as metas desse processo de formação: compor estatísticas desenvolvimentistas? Pontuar as Instituições de Ensino Superior (IES)? Inflar os Lattes e egos? Titular os/as alunos/as e fazerem-nos acreditar que estão aptos a trilhar os meandros do saber?

São muitas indagações para poucos interessados em responder, porque consequências ocorrerão principalmente pela possível constatação de incompetências generalizadas tornarem-se visíveis (quando o olhar vê), assim como a cultura acadêmica prevalente, assentada em sempre procurar culpados que não sejam os gestores, professores e as IES, portanto a conveniência do silêncio que não trás incômodos. Existem questões que permanecem veladas, porque revela-las significa reconhecer que já passou a hora de todas as IES terem o seu dia de *Assembleia Universitária*²

Um diploma a qualquer custo

A demanda por capacitação do professorado, determinada na LDB (1996), não contou que resultasse em uma banalização decorrente de formação aligeirada e que sempre prevaleceu no País, nos procedimentos de alfabetização, nas séries iniciais do ensino fundamental e no ensino médio, e que se estendeu à graduação e adotada também na pós-graduação. Ou seja, não se ensina para tornar as pessoas melhores (entrada ↔ integralização/produção do conhecimento → capacitação para o exercício do conhecimento obtido + responsabilidade social = formar para atuar para a transformação social), mas para as estatísticas.

Ao inflar as ofertas de cursos de graduação e os programas de pós-graduação, tanto os de *lato*, quanto os de *stricto sensu*, desde a década de 1970, condicionando as IES a oferecê-los (como se isso fizesse uma grande diferença), menos se cumpriu a condição de capacitar e cada vez mais se verifica a proliferação de ofertas de todo tipo de formação. A indústria dos diplomas é absurdamente superior às qualificações que lhes justificariam. O que mais se verifica são contingentes de formados que não correspondem às exigências para o exercício profissional, o que resulta em diplomados exercendo funções que prescindem destas certificações, cujas incompetências são constantes alvo de denúncias em todos os campos de atuação.

² Param todas as rotinas e todos os segmentos discutem e oferecem subsídios para novas posturas em direção a resolver seus próprios impasses e romper com o faz-de-conta do ensino-aprendizagem e de vagas comemorações tanto por parte de quem administra, quanto de quem aprende e ensina.

Os resultados, por conseguinte, originalmente direcionados a formar para o mercado muito contribuiu para uma estatística, na qual mais demanda por capacidades e que possibilita verificar a falta de substância expressa no desempenho de contingente significativo de egressos da graduação (quando se submetem a concursos públicos ou exames de competência), notadamente deficitário, e muito mais, da pós-tal premência (e precisão nunca atingida) a gerar um círculo vicioso: para especialista, mestre ou doutor, outros tantos alunos a aspirar este título demandam os programas. O que exige que novos recém-pós-graduados imediatamente assumam a condição de formadores, sem nenhuma garantia de um excepcional desempenho esperado como docente para este ou aquele nível. Aprender e depois ensinar de forma inadequada é um ciclo cruel.

Nesse ir e vir, marolas foram se rendendo às ondas (não seria de se esperar algo contrário) para mudar o quadro de uma educação sujeitada às regras, atualmente assentadas mais em políticas de gerar expressivos números de concluintes, a qualquer custo, embora nos discursos se relevem a eficiência como meta. Ou seja, não há uma aproximação com a realidade para uma formação de acordo com parâmetros aceitáveis, o que remete a um “faz de conta que é melhor para o bem de todos”, e que requer um compartilhado silêncio ante a incompetência. Não se descarta que há uns poucos que ainda acreditam e fazem tudo para ser o que o papel aceitou (políticas de formação), ou aqueles que convivem com o incômodo, e os que não ligam para nada (saber de fato não conta tanto, na atualidade, mas a posse de um documento que assim o afirma é o fundamento) em uma confortável indiferença. *E La nave va!*

Assiste-se, na atualidade, e não somente em relação à educação, a emergência do ser pasmado, ou seja, a condição que reduz o sujeito a dotar-se de pequenos sustos ao se reconhecer “não pronto/a” para lidar com a realidade mas, como se aplica a uma ordem mais geral dos grupamentos civilizados urbanos, tal comportamento é visto com naturalidade, portanto, não saber tanto quanto deveria é considerado normal. Em relação àquele/a e que nada quer aprender, mas precisa do diploma, mergulha no “faz de conta”, quando muito se sustenta em uma “praia” para obter somente a informação necessária

(geralmente um *site-salvador*), porque hoje, muitos são os olhos “em terra de cego” e há “google” para tudo. E isso significa que mais vão tirar proveito daqueles que ainda sabem bem menos (miríades de analfabetos, analfabetos funcionais, de “ser sem nada ser”, e sempre potenciais candidatos ao sucesso restrito a algumas expressões artísticas/esporte/indústria da beleza/reality shows, as tais *celebridades ignóbeis*), porque sonhar não dá trabalho e custa quase nada.

O Mito das competências

Enquanto isso as IES, cujas autorizações, credenciamentos e credenciamentos lhes atribuem certificações e o reconhecimento de que são suficientemente competentes para desempenhar o papel de formadoras, se fortalecem. Portanto, o argumento de que “tudo vai bem”, se oficializa, no sentido de que “quanto mais, melhor”, para fazer frente às demandas e as estatísticas oficiais (a ditadura dos números) vão regendo a sinfonia dos ensinantes: o grande filtro que aprova, reprova, ora pelas vias da simpatia, ora pelas vias do autoritarismo. E o “não sei direito o quê” passou a ser lema entre os segmentos educacionais, deixa mais no rastro dos “mestres quase santos”, no fluir das aprovações, e menos nos dos “satânicos”, a exigir, a reprovar, a se debater para fazer brotar o conhecimento em solo estéril e que não se quer fértil.

Não vive em conforto, quem quer e gosta de ensinar, não somente em relação à educação formal, o mesmo se aplica a quem deseja e quer aprender, e aqueles/as que por anos afora se habituaram a “passar” de uma série para outra. É fato, qualquer pessoa que não se encontra devidamente instrumentalizado/a, mas que deseja aprender “corre atrás”, por outro lado os pseudos “espertos” tentam, e até conseguem, alcançar os seus tentos, mas exceções à regra, a maioria se incomoda em não saber. E, no entanto, tem (como exigência) a necessidade/contingência da aprovação. E muitas são as implicações que vão desde questões econômicas, culturais e sociais, até mesmo pela psique que se sustenta de conquistas, mesmo que a custa do impossível e remete algumas pessoas a uma formação que não tem um significado essencial para elas.

Toda solenidade, do batismo, a crisma católica, o casamento, a formatura para os crentes e descrentes é sempre uma festa. Em educação, menos pelo aprendido, para alguns “pequenos detalhes”, mas para a maioria dos que saem diplomados, a pergunta: o que fazer? Um diploma na mão, e airados conhecimentos, e que remete essa conquista a quase nenhuma serventia. Concluir uma etapa de estudos é sempre o momento para avaliar se valeu à pena. Se somente vai compor estatísticas oficiais, de um provável saber, de muita mentira ou de uma carreira a se iniciar e que pode atestar algum ou muito sucesso.

A proliferação de bolsas (ações politicamente corretas) somente confirma um fato: quantos mais formados (na graduação e na pós), nas condições atuais, menos possibilidades de ultrapassar o muro em que se posta o saber de um lado, e o “fazer de conta que sabe” de outro. E que resulta em muitos diplomados e níveis de aprendizagens sofríveis. Porque conceder bolsas de estudo para o ensino superior não compensa a falta de investimento e cuidado nos níveis precedentes, haja vista que o ensino público é comprovadamente, no Brasil, preterido em relação ao privado. Nesse sentido, é até um paradoxo não haver concessão de bolsas para o ensino fundamental e médio, providência que permitiria o acesso a escolas melhor aparelhadas para promover uma formação diferente da verificada atualmente.

O País é solo fértil para promessas, e um segmento que faz bom uso desse recurso é a classe política, sempre a propor uma educação que possa contribuir para transformar (não apenas reformar) o estado da sociedade como um todo. E o que se observa é que, principalmente em época de eleições, é um eterno mantra entoado (saúde, educação e segurança), cantado em verso & prosa para quem quiser ouvir como promessa de redenção que nunca se realiza. E esses são acompanhados por técnicos, teóricos e outros tantos. Somente discursos vazios e convenientes. Elementos já impregnados na cultura brasileira.

São clássicos decantados e quase cristalizados modelos de ensinar e aprender, em documentos de várias ordens (plano de intenções, teses, dissertações, projetos) a assinalarem algo que sempre está em estado de devir, nunca a acontecer. É preciso tornar real o discurso da escola e os

resultados obtidos pelos alunos nos seus cotidianos plenos (não apenas no desempenho profissional). Chega de planejamentos e festivas propostas. Cabem novas ações que incluam a escuta e voz daqueles que mais sofrem às consequências das inconsequências do dizer e não-fazer – o alunado e a comunidade que prescinde de seus conhecimentos – e que se estendam pelos pátios, corredores, salas de aula, bairros, cidades, nas produções técnicas e acadêmicas e correspondentes atuações na esfera social como resultante.

Discursos dos 1970-1980 que se perpetuam

As décadas de 1970-1980, no Brasil, correspondem ao incremento em preparar o meio acadêmico para o século XXI (na base do giz, quadro de giz e “cuspe”), com ênfase na educação continuada, uma nova grafia da educação permanente (Pierre Furter aqui ressonante) e a proliferação de cursos de pós-graduação, discussões acerca das abordagens qualitativas para sobreporem-se aos enfoques quantitativos e muitas alternativas metodológicas para a investigação (embora a tendência de prevalecer o enfoque positivo nas universidades). Quase 50 anos se passaram. Muitos daqueles que viveram estes primórdios (com todos os seus desdobramentos, incluso aí a gênese da educação à distância), já deixaram a vida acadêmica e, assim, foram ficando no meio do caminho e poucos permanecem a propor a capacitação no lugar de treinamento e admitir que no processo de ensino-aprendizagem não existe o ponto final.

Será que a esperança (menos pelo vir a ser e mais pelo desejo em ser) ainda resiste naqueles/as que admitem ser a educação o princípio de qualquer transformação? Ou será que este termo se tornou fora de moda e nada mais pode proporcionar a quem dele lança mão? Bem, para aqueles que pensam a moda como novidade e não a percebe como manipulação, decorrente da anulação do sujeito (dissolvido) em sandices, a navegar em um mar de bobagens, é isso mesmo. Mas, para os aqueles que sempre resistem a qualquer veleidade passageira, que são educadores, e que tem o vir a ser como uma utopia, torna-se necessário criar possibilidades para um futuro diferente.

O problema é que a formação de professores começou a se fragilizar gradualmente. Houve uma proliferação de novas IES, e a cada ano mais e mais se verificou o ingresso de maiores contingentes de alunos no ensino superior, mas sem que houvesse uma correspondência desejável entre ensino e desempenho profissional. E nas respectivas IES os cursos de licenciaturas passaram a receber demandas oriundas de continuas reformas educacionais e que somente contribuíram para gerar um aluno com profundas deficiências de aprendizagem. Um problema que se estendeu para a pós-graduação, inicialmente pelo relaxamento dos processos seletivos para a especialização e, em seguida, para o mestrado e doutorado. Raros programas e em seletas IES ainda se observam critérios mais rigorosos de inclusão aos cursos oferecidos.

Em geral, os diplomas de conclusão passaram a ser associados diretamente as chancelas neles impressas e estas, cada vez mais, são vinculadas a avaliações externas e que servem de referências para determinar opiniões a respeito de sua qualidade (a mais estrelada, a melhor avaliada pelo MEC, a preferida do público), enfim, menos pelo que realmente possam oferecer e que tenha correspondência ao que foi aprendido. E, conseqüentemente, cabe ao mercado tornar-se mais rigoroso em seus procedimentos seletivos para ingresso em seus quadros e em algumas áreas os conselhos de ordem passaram a exigir mais provas da competência para conceder a licença do exercício profissional. A ampliação das exigências nos editais para ingresso no serviço público ilustra bem esta questão.

Nessa direção cabe indagar, também, o papel do educador, se um mero transmissor ou um produtor de conhecimento, enfim a exigência de ser um professor-pesquisador. Vários são os caminhos percorridos para a formação e com correspondentes desenhos de profissionais de ensino, no entanto, a maioria continua conservadora, centrada na transmissão de conteúdos, e vinculada às determinações exaradas pelas IES. Não significa que não se encontrem focos de atuação que primem por tendências a mudança nos procedimentos, principalmente em relações estabelecidas entre professores e alunos em processo de orientação nos programas de pós-graduação, em que há investimentos no sentido de formar não para a uniformização. Mas para que

isso tenha ressonância, estendendo-se para muitos mais, vai depender de um vir a ser.

Um futuro em que em que se reconheça que antes de discutir a qualidade de ensino e eficiência de aprendizagem, se discuta o *outro* (que não aprende, porque não sabe aprender) e aquele *outro* que enfim deve aprender, e que ele/a (professorado) tem o mesmo tamanho de seus alunos, o que muda é que aquele/a que sabe mais porque viveu e, se faz por onde, sabe relacionar (e assim também ensinar) o “caminho das pedras” (a instrumentalização) e como construir “esse caminho” (produção de conhecimento), ou seja, reconhece o seu e o potencial do *outro* e se dispõe a imbricar um saber “em aberto” à possibilidade das trocas e de aprendizados nesta simbiose.

Os ritos de passagem: papel aceita tudo

Entre técnicas possíveis de serem ensinadas-aprendidas e a festa da formatura permanece um limbo: os vários “eu”, os vários “tu”, “eles” e “nós”, uma época de muitas informações e poucos a deter conhecimentos (porque disponibilizados, mas sem a capacidade de síntese são inúteis), uns poucos eleitos e que remete a várias reflexões sobre o ato de formar: se somente instrumentalizar, transmitir informações, realmente propor conhecimentos (em várias medidas, cores e formas), e diante de tantos modismos, ensinar a pensar e a ousar, e que não vise solenidades, placas, canudos, mas a constatação de um aprendizado que não sucumbe nunca a um título, a uma comemoração e que precisa continuar pela vida afora.

Nunca, o Brasil, possuiu um contingente tão grande de pessoas graduadas, um processo natural almejado em décadas. O problema é que, proporcionalmente, falta correspondência na aprendizagem dos conteúdos trabalhados ao longo do processo de formação. Não em vão, há uma banalização de estabelecimentos que ofertam cursos de pós-graduação, e continuam não surtindo efeito em realmente capacitar aos que a eles recorrem. Nesse sentido, não é incomum algumas pessoas deterem várias especializações (em geral não vinculadas entre si), mestrado e doutorado, mas sem exercerem funções correspondentes aos diplomas concedidos.

Independente de qualquer conjectura, as certificações estão por aí. Nas paredes das casas, escritórios e clínicas ou recolhidos em pastas. Nos currículos expressam aquisições, independente de seus competentes exercícios. Entre os familiares e amigos ocorreram conquistas (algumas delas, reafirmados pelos próprios portadores, para provar que são capazes de adquirir um título). Em alguns casos servem para alguma promoção ou uma satisfação pessoal que se preenche. Enfim, variadas motivações e resultados. Dependendo dos objetivos para obter o diploma, e exceto se fundamentado para uma carreira que se pretende seguir, cabe perguntar: o que o País ganha com isso? Principalmente se, em algum momento, fez uso de algum programa governamental de apoio ao estudante, até perde.

A festa é intensa, mas dura pouco tempo. Porque é chegada a hora de mostrar ao mundo do trabalho e a sociedade o que cada um aprendeu. E cabe uma pergunta: é possível afirmar que as pessoas saem devidamente preparadas do ensino superior? A julgar por uma série de avaliações, infelizmente não. Os diplomas atestam a aquisição de conhecimentos e os históricos atribuem pontos a desempenhos enquanto alunos/as, mas a questão se refere as exigências para cumprir com as determinações de cada área, ou seja, o modo de cada aprendizagem se revelar frente a realidade. Porque esta é a questão fundamental para o ato de aprender: saber sintetizar o conhecimento e ao replicá-lo acrescentar inovações.

Muito se comemora em relação aos acessos, seus meandros e expectativas. Para alguns o próprio processo de ensino-aprendizagem se constituiu em um contínuo festejar considerando que os conteúdos acessados foram sendo paulatinamente incorporados a uma nova existência. Enquanto que para outros foi o verdadeiro calvário, haja vista que nunca entenderam o que realmente estava acontecendo com eles próprios, ou seja, um jogo de acerto e erros em que as circunstâncias e os acasos determinavam a passagem de ano. Claro que para outros a fraude, a manipulação e atos contínuos forjados deram o tom para conseguirem suas aprovações. Infelizmente uma tendência a ser eliminada.

Para todos, sem dúvida, esse processo teve os seus significados. Mas vai ser a realidade a que dará a última palavra: os que realmente buscaram

aprender e os oportunistas terão assegurados os seus espaços de atuação. Para a maioria restará um papel de continuamente necessitar provar que são capazes e outros que sucumbirão, em geral, devido aos pífios desempenhos acadêmicos. Assim, pouquíssimos poderão realmente sentir-se realizados em termos de vivenciar a correspondência entre o declarado e o de fato aprendido. A estes nem sempre serão concedidos cargos e salários correspondentes, mas ninguém retirará o mérito e a capacidade cognitiva de saber fazer, saber dizer, saber ser, independente do sistema que não premia tanto as competências, porque acolhe bem mais o dolo e a dissimulação do saber.

Ao fundo do fim

É preciso resgatar a construção do conhecimento na graduação, na pós-graduação e pela vida afora. E que todos assumam suas responsabilidades: governos, sistemas, estabelecimentos, comunidade acadêmica, professores, alunos. Na graduação pelas “passagens de ano”, nos finais de curso pelos (as) orientadores/as e orientandos/as, porque o que se vê e se elevou a tabu comentar, são os primeiros se responsabilizando pela maioria da pesquisa e da produção de textos (inclusive o do trabalho final), sendo obrigados a decidir por qualquer direção a ser tomada, sobre o que inviabiliza o aprendizado, tornando-se a relação entre ambos de extrema dependência, e geralmente de acúmulo de trabalho para quem orienta.

É preciso discutir novos critérios de avaliação que não se sustentem principalmente em preparar para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Os alunos precisam urgentemente voltar a ler e a escrever. Aprender a pensar e não viver na ilusão de que sabem porque se aproxima a formatura. Torna-se fundamental revelar que o ensino-aprendizagem é questionável porque todos os envolvidos permitem que seja assim. É preciso rever alguns dos requisitos de acesso aos programas de pós-graduação, que naturalmente implicarão no que é produzido durante o curso e que os resultados obtidos não sirvam apenas para pontuar a IES e titular os autores das dissertações e teses.

É preciso rever o sistema de valores que permeiam as IES, em que a cultura do “A” e do “entrou/passou”, a qualquer custo, se afirmam mais do que

tudo. Se não for possível cumprir *datas* ou contemplar o edaísmo, previstos nos atos regulatórios, não se alcançará, no Brasil, um respeito em relação ao seu educar tão depauperado, e que muito pouco tem a comemorar, embora se multipliquem os festejos. E mais somam diplomados sem correspondentes condições de ensino-aprendizagens. De fato, precisa-se ultrapassar a ideia de que o diploma tem mais valor do que os conteúdos apreendidos.

Mas isso implica em rever o que e como se ensina. Não há lugar mais para conteúdos aleatórios e que remetem a decorebas. Ter como instrumentalização a leitura e a escrita significa ensinar para a reflexão, a análise e a interpretação e continua a ser a melhor maneira de preparar as pessoas para a aquisição e produção do conhecimento. Não são testes que determinam a aprendizagem, mas a discussão do que foi produzido e a produção das sínteses que remetem a outros saberes. Não a cultura áulica, sim a pesquisa e discussão dos resultados. Enquanto não houver um trabalho didático que contemple a escuta e voz de todos os envolvidos no processo educativo, apenas restará fingir que há ensino-aprendizagem de boa qualidade.

Enfim, se a educação é sempre tratada como um pêndulo, no ir e vir, e quanto mais se determinam as regras, na mesma direção, mais se desviam olhares e mantêm-se silêncios que somente aprofundam os dogmas que resultam em criaturas alienadas e que deles estão à mercê, portanto é preciso reverter este quadro. Por que não se desprender das amarras então? Por que não considerar as diversidades e contextualidades para que se assegure um ensino-aprendizado significativo? Por que não reinventar as IES para se tornarem competentes (e não apenas lucrativas) e mais cuidadosas na formação dos alunos das graduações (licenciaturas e bacharelados) e programas de pós-graduação? Ou seja, rever as formas e jogar fora as fôrmas de fragilidades a que se reduziu o ato de ensinar-aprender no País. Porque não estabelecer critérios e cumpri-los em nome de um ensino sério e realmente comprometido com a aprendizagem significa diplomas demais e conhecimentos de menos, ou seja, nada que valha a pena comemorar.